

News

MAIOR CASO DE
CORRUPÇÃO DO BRASIL:

BANCO MASTER



Emanuel Zimmermann Gegunes
Frederico Unterkircher de Moraes
Gabrielle da Silva Campos
Guilherme Yabiku Soto
Livia da Cruz Abdala
Manuela de Alencar Arrais Almeida
Maria Eduarda Pedroza Martins
Murilo Alves dos Santos



Blog da Fadi
Educação e Eman



SUMÁRIO

01

O BLOG DA FADI

O que é a extensão? Quais são nossos 4
objetivos?

02

INTRODUÇÃO

Bases teóricas; patrimonialismo; 5
relações com outras histórias.

03

O CASO BANCO MASTER

O início de Vorcaro e do Master a 10
construção da máquina de fraudes;
lobby político.

04

REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA

A legitimidade das instituições públicas; 28
o “direito a ter direitos”; o direito à
informação; o Judiciário forte.

05

RELACIONANDO O CASO

Resenha “O Lobo de Wall Street”; análise 37
com base em Michael J. Sandel.

06

PERSPECTIVAS DE FUTURO

É possível romper os males que marcam 45
nossa história? Relação com a era da
“pós-verdade”.

07

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusões obtidas a partir da 53
pesquisa realizada pelo grupo.

08

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Link disponível com todas as obras e 54
notícias utilizadas na elaboração do
trabalho.





O QUE É O BLOG DA FADI?

O Blog da Fadi compreende as atividades de pesquisa e extensão realizadas pelos alunos do 3º semestre do curso de direito. O Blog tem como seu principal eixo a exposição da relação do exercício da cidadania com a realidade presente e também histórica de nossa sociedade. Uma vez que integra uma atividade de extensão, deve ser repleto de significância social, de modo que possa construir uma ponte entre o conhecimento produzido no interior da faculdade e a comunidade local, pois, como ensina Severino, “O conhecimento é, pois, elemento específico fundamental na construção do destino da humanidade”.

OBJETIVOS DO TRABALHO

Nossa pesquisa visa analisar o escândalo do Banco Master e suas implicações em relação ao exercício da cidadania. Desta forma, não buscamos exaurir a descrição do caso, mas sim explicar de maneira acessível os principais pontos do esquema construído por Vercaro e expor a todos como ele degrada o exercício de nossos direitos. Assim, o principal objetivo deste trabalho é proporcionar ao leitor, ao cidadão, o acesso à informação, de uma forma clara, acessível e compreensível, sem deixar de lado critérios formais e jurídicos, por meio de uma fonte de mídia popular (um blog), de forma a viabilizar a compreensão de um tema amplamente debatido.

Cidadania



HANNAH ARENDT (1989)

Para a autora, a cidadania é o “direito a ter direitos”, de modo que não se resume ao mero exercício de direitos políticos, mas se estende a inúmeros direitos sociais. tem sua garantia assegurada pela própria humanidade, assim, é um dever de todos assegurar os direitos fundamentais de todos.

MILTON SANTOS (2007)

O geógrafo Milton Santos traz a importante noção de que, no Brasil, a cidadania é mutilada, de modo que muitos brasileiros sequer sabem que são cidadãos, frente ao enorme estado de desinformação jurídica, criando um cenário onde uns são mais cidadãos do que os outros. Mas, mais importante ainda, ele nos ensina que “cidadania se aprende”!



ANTONIO CANDIDO (2011)

Antonio Candido nos ajuda a desmonstrar como o caso do Banco Master se relaciona com a cidadania. Para ele, existem certos bens “incompressíveis”, sendo estes aqueles que não podem ser reduzidos a mero privilégio de parte da sociedade; neste passo, vemos o direito à informação como um desses bens incompressíveis, pois, como ensina o autor, o caráter de “coisa organizada” torna os cidadãos mais capazes de organizar a visão de mundo que têm.

YUVAL HARARI (2024)

O autor israelense traz uma importante reflexão acerca da democracia, termo que é amplamente difundido nas discussões acerca da cidadania, até mesmo em razão de sua redução a meros direitos políticos.

Para Harari, a democracia pressupõe que saibamos escutar o outro, mas, além disso, que os envolvidos na discussão tenham conhecimento do assunto que estão debatendo, sob pena de somente “fazerem barulho”.



Cidadania

AS LENTES PARA LEITURA DE NOSSA PESQUISA



HANNAH ARENDT

Se cidadania vai além de meros direitos políticos e se estende a todos os direitos sociais, o acesso a informação e, por conseguinte, a exata compreensão dos fatos sociais devem ser vistos como expressão da cidadania. Logo, privar alguém de compreender esse evento, é privá-lo da cidadania plena.

MILTON SANTOS

No mesmo sentido, seria contribuir para o fenômeno histórico e contínuo da mutilação da cidadania deixar uma parcela do povo permanecer no desconhecimento acerca do caso Banco Master. Pretendemos conscientizar a todos de seu status de cidadão e que, apesar da onda de desinformação, têm o direito de reclamar as garantias de exercício da cidadania.



ANTONIO CANDIDO

Neste trabalho gostaríamos de atribuir ao direito à informação o status de "bem incompressível", de modo que, todos os cidadãos devem ter acesso às mesmas fontes, com a mesma possibilidade de compreensão.

Posto que, é uma afronta a cidadania que somente uma parcela da sociedade acesso e possa compreender determinadas fontes.

Nossa pesquisa visa informar, mas também encorajar e mostrar que é possível a todos buscar o conhecimento

YUVAL HARARI

Com a contribuição das noções fornecidas por Harari pretendemos mostrar que, em lutas como essa, todos nós estamos do mesmo lado, assim, podemos e devemos escutar o outro, a fim de buscarmos juntos as melhores condições para o exercício de nossa cidadania. No mais, esperamos transformar o barulho feito sobre o Banco Master em informação útil e acessível à nossa comunidade, propiciando bons debates



PATRIMONIALISMO

1

Por fim, pretende-se tornar clara a noção de que o caso do Banco Master, além de um escândalo de corrupção, trata-se da manifestação de um fenômeno historicamente presente em nossa história, que é o PATRIMONIALISMO

2

Em resumo, o patrimonialismo se manifesta por meio de uma fusão entre patrimônio público e patrimônio privado, por parte daqueles que detêm o poder. Assim, a elite burocrática usa a lei como ferramenta política para seus interesses próprios. O Estado passa a ser gerido como um patrimônio pessoal das elites políticas.



3

Para Holanda (1995), a formação do brasileiro se dá por uma cultura avessa à legalidade, uma "cultura da ilegalidade", preferindo relações particulares entre amigos e familiares, do que relações legais. A lei é vista como algo distante e externo, que só deve ser seguida aos outros.

4

Pois bem, a partir de toda explicação do caso, restou explícito como Vercaro praticou o patrimonialismo político e conduziu a política com oligarcas ao seu benefício, explorando no que concerne às suas relações com o Banco BRB, com senadores e ministros do STF

Caso do Banco Master em uma analogia ao filme “O Lobo de Wall Street”

Buscando facilitar a compreensão do caso e o acesso à informação, decidimos realizar aproximação entre a arte e o objeto pesquisado, relacionando o caso do Banco Master e o famoso filme “O Lobo de Wall Street”.



Certamente não se trata de uma representação estrita do caso, mas apontaremos todas as possíveis relações, fornecendo ao nosso leitor uma nova lente para assistir o filme e, assim, visualizar como ocorreram certas partes do caso Banco Master.



ÍCARO E VORCARO: VOO ALTO, QUEDA INEVITÁVEL

O MITO DO VOO DE ÍCARO, UMA DAS GRANDES HISTÓRIAS DA MITOLOGIA GREGA, NOS CONTA A HISTÓRIA DE UM PAI E SEU FILHO, DÉDALO E ÍCARO, QUE DESEJAVAM FUGIR DA PRISÃO EM QUE ESTAVAM EXILADOS. DÉDALO ERA CONSTRUTOR E CONSTRUÍU DOIS PARES DE ASAS DE CERA, PARA QUE AMBOS ESCAPASSEM VOANDO SOBRE A PRISÃO.

ANTES DE FUGIREM, DÉDALO ORIENTOU ÍCARO PARA QUE NÃO VOASSE MUITO BAIXO, PARA QUE A UMIDADE NÃO ESTRAGASSE AS ASAS, BEM COMO NEM MUITO ALTO, PARA QUE O CALOR DO SOL NÃO AS DERRETESSE.

TODAVIA ÍCARO NÃO DEU OUVIDOS A SEU PAI E, ENCANTADO PELA BELEZA DO SOL E PELA POSSIBILIDADE DE VOAR, ALÇOU VOO MUITO ALTO, CAUSANDO O DERRETIMENTO DAS ASAS E, POR CONSEQUENTE, SUA MORTE.

A HISTÓRIA DE VORCARO E SEU BANCO REFLETEM BOA PARTE DA HISTÓRIA DE ÍCARO, ISTO POIS, COMO EXPLICAREMOS AO LONGO DE NOSSO TRABALHO, VORCARO, INICIALMENTE COM A AJUDA DE SEU PAI, ADQUIRE UM BANCO E CONSTRÓI UM SISTEMA CAPAZ DE GERAR MUITOS BENEFÍCIOS A ELE, A FIM DE ALCANÇAR STATUS E CONDIÇÕES DE VIDA QUE AINDA NÃO TINHA.

NESTE PASSO, VISLUMBRADO COM O SUCESSO DE SEUS PLANOS, VORCARO "ALÇOU VOOS" CADA VEZ MAIS ALTOS, IRRESPONSÁVEIS E IMORAIS. APESAR DE TODOS OS AVISOS DE AUTORIDADES E ESPECIALISTAS, O BANQUEIRO SE DEIXOU LEVAR PELA GANÂNCIA, DE MODO QUE, POR TER ULTRAPASSADO LIMITES JAMAIS ALCANÇADOS, TORNOU-SE IMPOSSÍVEL NÃO VER AS FRAUDES E DEMAIS ATOS ILÍCITOS POR ELE COMETIDOS.

ESTANDO ALTO DEMAIS, ASSIM COMO ÍCARO, SUA REDE DE CONTATOS, PLANOS, SISTEMAS E FALCATRUAS COMEÇARAM A SE DESMANTELAR, PONDO UM FIM AO SEU VOO, AINDA QUE OS PREJUÍZOS POR ELE CAUSADOS SERÃO ENCONTRADOS E DEBATIDOS POR MUITOS ANOS.



INÍCIO DA TRAJETÓRIA DE DANIEL VORCARO

Nascido em Minas Gerais, Vorcaro construiu sua carreira, inicialmente, ligado aos negócios familiares e investimentos, seu pai já estava consolidado no ramo imobiliário, ajudava a igreja que frequentava na época, a “Batista da Lagoinha”, em Belo Horizonte, comprando até mesmo uma emissora de TV em 1997 chamada “Rede Super”, de modo que Vorcaro pôde ter seu primeiro palco, um programa na TV chamado “Supersônica”.

Aos 19 anos, com incentivo familiar, tentou ingressar no ramo de negócios, sua primeira tentativa foi com cursos pré-vestibular e livros didáticos, depois com imóveis trabalhando diretamente com o pai. Mas seu primeiro desafio veio com 21 anos, com um hotel luxuoso “Golden Tulipi”, mas não obteve sucesso e o dinheiro acabou, por conseguinte, a obra teve de ser paralisada, e o Hotel nunca foi inaugurado.

Depois deste fracasso, Daniel Vorcaro buscou outro caminho e virou sócio de um fundo que investia em cemitérios. Mas sua maior oportunidade veio em 2016, quando surge a opção de compra de um banco totalmente falido, o “Banco Máxima”, que era de propriedade do Paulistano Saul Sabbá, que foi inabilitado pelo Banco Central, por gestão fraudulenta e rombo de caixa, sendo assim um banco praticamente morto, mas Vorcaro viu ali uma oportunidade que ninguém jamais havia visto.

quem sou eu ?





COMO TUDO COMEÇOU

1997



1997

Início de Vorcaro no ramo imobiliário

Daniel Vorcaro esteve sempre ligado a negócios familiares e investimento, ingressando nos negócios de sua família voltados ao mercado imobiliário, trabalhando em empresas como a Multipar e a Mercatto

1997

Rede "Supersônica"

Ainda em 1997 seu pai, já consolidado no ramo, ajudava a igreja que frequentava, a Lagoinha, que adquiriu a emissora de TV "rede super", foi aí que Vorcaro teve seu primeiro palco na TV programa que se chamava "Supersônica".



2002

Ingressar no ramo de negocios

Aos 19 anos com incentivo familiar, tentou ingressar no ramo de negócios, com sua primeira tentativa com cursos pré-vestibular e livros didáticos, depois com imóveis trabalhando diretamente com o pai

2004

Primeiro desafio de Daniel Vorcaro

Mas seu primeiro desafio veio com 21 anos, com um hotel luxuoso "Golden Tulipi", mas o dinheiro acabou e a obra teve de ser paralisada, e o Hotel nunca foi inaugurado.



2016

Aquisição do Banco Máxima

Sua maior oportunidade veio em 2016, quando surge a opção de compra de um banco totalmente falido, o "Banco Máxima", que era de propriedade do Paulistano Saul Sabbá, que foi inabilitado pelo Banco Central, por gestão fraudulenta e rombo de caixa, sendo assim um banco praticamente morto, mas Vorcaro viu ali uma oportunidade que ninguém jamais havia visto.



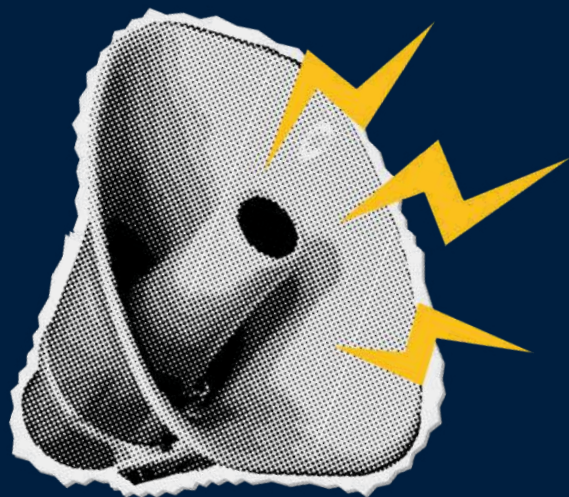
O Caso Banco Master

OFERTA AGRESSIVA E PROMESSAS VAZIAS

Para construir sua máquina fraudulenta, Vorcaro desejava atrair dinheiro rápido. Assim, passou a realizar ofertas muito acima dos padrões do mercado. Sua tática foi utilizar o CDB, um investimento de renda fixa, muito comum, no qual o investidor “empresta” seu dinheiro ao banco e, ao fim, é remunerado com juros.

As altas ofertas já chamavam a atenção de investidores, mas o banqueiro tinha ainda outra engrenagem a seu favor, a garantia do FGC – o Fundo Garantidor de Crédito, uma entidade privada, mantida pelos próprios bancos, que visa aumentar a confiança no Sistema Financeiro Nacional.

Assim, os títulos de investimento do Banco Master passaram a integrar as ofertas das principais corretoras de investimento do Brasil, como XP, BTG Pactual, Nubank e outras, sob a promessa de cobertura do FGC, mas sem informar integralmente que ela se limita a R\$ 250.000,00, criando uma sensação de que o risco era praticamente inexistente.



O QUE É O CDB (CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO)?

AO QUE DEVEMOS NOS ATENTAR?

O CDB (Certificado de Depósito Bancário), como dito, é um dos investimentos mais populares que existem.

É um instrumento útil à captação de recursos para os bancos, bem como para os investidores que são remunerados com juros, com baixa exposição ao risco.

A remuneração e a rentabilidade do CDB são vinculadas ao CDI (Certificado de Depósito Bancário), que é, resumidamente, uma taxa de juros utilizada nos empréstimos entre bancos.

Neste passo, enquanto “bancos tradicionais” ofereciam remunerações que variavam entre 100% e 105% do CDI, o Banco Master, por sua vez, ofereceu até mesmo 140% do CDI, uma taxa muito elevada para os padrões do mercado.

Além do mais, o CDB conta com uma espécie de “seguro”, o FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Este, por sua vez, como mencionado, é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida pelos próprios bancos, a fim de proteger investidores de fraudes e aumentar a confiança no Sistema Financeiro.

É necessário atentar-se ao fato de que em caso de ofertas muito elevadas, pode-se estar diante de medida desesperada de um Banco em busca de recursos rápidos.



QUEM DEVE, UMA HORA TEM QUE PAGAR!

OS PRECATÓRIOS DO MASTER

Para emitir os CDB's, o banco deve mostrar ao Banco Central que reúne condições de arcar com suas dívidas. Em resumo, deve comprovar que irá remunerar seus investidores.

Boa parte dos ativos do Banco Master era composta por precatórios, que eram apresentados ao BC como prova de que a situação do Master era "saudável".



O QUE SÃO PRECATÓRIOS?

Resumidamente, previstos pelo artigo 100, da Constituição Federal, precatórios são requisições de pagamento de dívidas da União, Estados ou Municípios, provenientes de decisão judicial.

COMO SÃO ADQUIRIDOS?

Por força da já conhecida demora no pagamento, pessoas negociam esses créditos por valores menores, mas imediatos. Isto se chama **cessão de crédito**, ou seja, uma pessoa cede seu crédito a outra, que passa a ser a nova credora.

QUAL PROBLEMA ELES APRESENTAM NESSA SITUAÇÃO?

São ativos que demoram para se converter em dinheiro e de valoração muitas vezes incerta, logo, não deveriam ser o principal ativo do Master. Vorcaro se aproveitava disso, inflava valores, bem como registrava em balanço créditos inexistentes.

A SEGUNDA FACE DOS ATIVOS PODRES DO BANCO MASTER

TERRENOS E IMÓVEIS



CICLO NORMAL DO CDB



O CICLO VORCARO

01

ATRAI O
DINHEIRO DOS
INVESTIDORES

PROMESSAS ACIMA DO
MERCADO.
RENTABILIDADE COMO
ISCA

02

REINVESTE OS
ATIVOS

INFLA SEU PATRIMÔNIO
COM "ATIVOS PODRES"

03

REPASSE
CONSTANTE

CIRCULAÇÃO DO DINHEIRO
EM EMPRESAS DE FACHADA

04

PASSIVO
MAIOR QUE
O ATIVO

CRESCIMENTO DA DÍVIDA

05

PAGA O
POSSÍVEL

DEPENDÊNCIA DE NOVOS
ATIVOS E, ASSIM, NOVAS
FRAUDES.



FADI

FACULDADE
DE DIREITO
DE SOROCABA

A QUEDA DO MASTER E O LOBBY POLÍTICO



EM RAZÃO DO **DESEQUILÍBRIO ENTRE PASSIVOS E ATIVOS** DO BANCO MASTER, COMO EXPOSTO ACIMA, A **DESCONFIANÇA** PASSOU A SER CADA VEZ MAIOR.



SOB A GESTÃO DO PRESIDENTE ROBERTO CAMPOS NETO, QUE DEIXOU **DE INTERVIR ATIVAMENTE** NO CASO, LIMITANDO-SE A "AVISOS", O BANCO MASTER FOI NOTIFICADO **31 VEZES** PARA REGULARIZAR SEUS BALANÇOS.



CONTUDO, EVENTUAL REGULARIZAÇÃO TORNARIA AINDA MAIS EVIDENTES AS **FRAUDES**, BEM COMO FARIA COM QUE OS **LUCROS** DE VORCARO SECASSEM.



ASSIM, EM UM VERDADEIRO JOGO DE XADREZ, O BANQUEIRO CONSTITUIU AMPLA **REDE DE CONTATOS**, COMPOSTA POR IMPORTANTES INTEGRANTES DO LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO, A FIM DE ALCANÇAR SEUS OBJETIVOS.



ESTA PRÁTICA DE VORCARO É CONHECIDA COMO **"LOBBY POLÍTICO"**.

31 NOTIFICAÇÕES
IGNORADAS

**FRAUDES
LUCROS
SECAM**



RESULTADO:
LUCROS PRIVADOS,
PREJUÍZOS PÚBLICOS.

AS RELAÇÕES DO BANCO MASTER COM O BRB

O COMEÇO DA QUEDA DE VORCARO

01



CRISE NO BALANÇO DO BANCO MASTER

COMO DITO ACIMA, VORCARO E SEU BANCO COMEÇARAM A SE VER SEM SAÍDA, DE MODO QUE, A SOLUÇÃO PARA AS CONTAS DO BANCO MASTER NÃO PODERIA SER OUTRA SENÃO SUAS CONEXÕES POLÍTICAS.

02



MOVIMENTAÇÕES COM CONEXÕES POLÍTICAS

ASSIM, JUNTO COM IBANEIS ROCHA, EX-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, UMA SÉRIE DE MOVIMENTOS QUE VISAVAM ALIVIAR A PRESSÃO SOBRE O MASTER, PASSOU A SER EXECUTADA.

03



IBANEIS ROCHA, ATOR CENTRAL

IBANEIS ROCHA, EX-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, INTERCEDE EM FAVOR DO BANCO MASTER JUNTO À INSTÂNCIAS ESTRATÉGICAS.

04



O QUE É O BRB?

O BRB (BANCO DE BRASÍLIA), ASSIM COMO O BANCO DO BRASIL, É UM BANCO PÚBLICO, DE ECONOMIA MISTA, OU SEJA, COMBINA CAPITAL PÚBLICO (MAJORITÁRIO) E PRIVADO.

05



CONTROLE ACIONÁRIO

NO CASO DO BRB, QUEM O CONTROLA É O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, DETENDO 53,7% DAS AÇÕES DA INSTITUIÇÃO.

06



O OBJETIVO DAS AÇÕES

A SÉRIE DE MOVIMENTOS TINHA COMO OBJETIVO ALIVIAR A PRESSÃO SOBRE O BANCO MASTER, CRIANDO CONDIÇÕES PARA SUA PROTEÇÃO E CONTINUIDADE.

SEGUNDA JOGADA: A COMPRA DO MASTER

ATO DE DESESPERO

01

EM MARÇO DE 2025, MOMENTO NO QUAL A COMPRA DE CARTEIRAS DO MASTER JÁ ERA RECORRENTE, O BRB ANUNCIA A COMPRA DE 58% DO CAPITAL DO MASTER, POR 2 BILHÕES DE REAIS.

02

A OPERAÇÃO LEVANTOU MUITOS QUESTIONAMENTOS, A PONTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ABRIR DUAS APURAÇÕES PARA VERIFICAR SE HOUVE CRIME, BEM COMO HOUVE DECISÃO JUDICIAL QUE PROIBIU A VENDA.

03

NO DECORRER DE TODO O PROCESSO A CÂMARA LEGISLATIVA DO DF APROVOU LEI QUE PERMITIA A COMPRA, À QUAL FOI SANCIONADA EM TEMPO RECORDE POR IBANEIS ROCHA, EX-GOVERNADOR DO DF.

04

EM JULHO DE 2024, APÓS ANÁLISE QUE DUROU 05 MESES, O BANCO CENTRAL, EM DECISÃO UNÂNIME, REPROVOU A COMPRA, POIS ENTENDEU QUE O NEGÓCIO NÃO ERA VIÁVEL E CAUSARIA GRANDES PREJUÍZOS.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

VORCARO E O LEGISLATIVO

Passando do âmbito do Poder Executivo, para um membro do Poder Legislativo, merece especial atenção a relação entre Vorcaro e o Senador Ciro Nogueira.

QUEM É CIRO NOGUEIRA?

Atualmente cumpre seu segundo mandato como Senador pelo Estado do Piauí. Filiado ao Partido Progressistas, durante 2021 e 2022 foi Ministro da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro.

A PEC:

A defesa dos interesses de Vorcaro fica ainda mais escancarada quando Ciro Nogueira, em 2024, apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que visava aumentar o teto de proteção do FGC, que iria de R\$250.000,00 para R\$1.000.000. A PEC foi rejeitada pelo Congresso, mas se fosse aprovada, Vorcaro se beneficiaria muito, pois assim conseguiria atrair mais capital por meio de seus CDB's, passando aos investidores uma sensação de proteção ainda maior do que a garantida até então.

LIGAÇÕES COM O CASO:

Muitos elementos obtidos pela Polícia Federal durante a operação "compliance zero" ligam o Senador ao escândalo aqui analisado.

Primeiramente, mensagens com o próprio Vorcaro, bem como do banqueiro com seu primo, Felipe Vorcaro, indicam que Ciro recebia uma "mesada", que variou entre R\$ 300.000,00 e R\$ 5000.000,00, para defender os interesses do conluio do Master perante o Congresso Nacional.

No mais, a operação aponta que Ciro teve viagens, restaurantes, hotéis e outros benefícios custeados pelo Banco Master, bem como uma empresa sua obteve vantagem na compra de parte de empresa da família de Vorcaro, isto pois a Polícia Federal estima que essa parcela valeria ao menos 3 milhões de reais, mais foi adquirida por "apenas" 1 milhão.



O QUE É UMA PEC?

ENTENDENDO A GRAVIDADE DA MEDIDA:

Uma proposta de emenda constitucional (PEC) é o processo legislativo utilizado para alterar nossa Constituição, que é a norma de maior hierarquia em nosso ordenamento jurídico, o que significa que todas as demais normas devem estar de acordo com ela.

Esse processo segue as regras estabelecidas pelo artigo 60, da Constituição Federal, sendo necessário realçar que aprovar uma PEC é consideravelmente mais difícil do que uma lei ordinária, ou seja, norma de hierarquia inferior.

Esta breve explicação já nos permite transmitir o tamanho da gravidade que atingiu o caso Banco Master. Ciro Nogueira declarou que sua proposta visava tão somente aumentar a concorrência e combater o monopólio dos “bancos tradicionais”.



Todavia, como já apresentado, são inúmeras as evidências que apontam para o verdadeiro fim dessa PEC, os interesses de Vorcaro.

Assim, vemos que nossa principal norma, aquela que é chamada de “Constituição Cidadã”, que prega os valores de uma sociedade justa e que deveria ser aquela que nos mantêm seguros, diante da rede de proteção que estabelece, estava às vésperas de ser usada como mero instrumento para realização de mais uma fraude.

Graças à atenção e à competência de nossos parlamentares, a PEC foi rejeitada, mas caso fosse aprovada, constituiria mais uma mancha deixada como sequele social dos planos de Vorcaro.



VORCARO E O STF

Não bastasse a influência exercida por Vorcaro dentro dos Poderes Legislativo e Executivo, como demonstrado acima, o banqueiro buscou blindar-se ainda mais, de modo que, visando ampliar sua rede de contatos, adentrou o âmbito do Poder Judiciário, aquele que, recentemente, tem sido alvo de todos os holofotes, desde o incidente ocorrido em 08 de janeiro de 2023, que causou enorme polarização entre os brasileiros. Desta forma, um escândalo de proporções ainda imensuráveis chega ao ápice da notoriedade pública quando os veículos de notícias e mídias sociais bombardeiam os brasileiros com as manchetes que apontam o envolvimento de dois ministros do STF, a Corte Suprema do Judiciário brasileiro, dentre eles, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, sendo este último uma das figuras brasileiras mais comentadas nos últimos anos.





NEWS

VORCARO E O STF

Dias Toffoli e o escândalo do Banco Master



Ministro do STF desde 2009
Indicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva



TEMA CENTRAL

Relações com o Banco Master, fundos de investimento Reag e Arleen, Daniel Vorcaro e Fabiano Zettel, nos trâmites da sociedade do Resort Tayayá, no Paraná.

PRINCIPAIS RELAÇÕES



A sociedade (Maridt) da qual fazem parte Toffoli, seu irmão e sobrinho, passa a integrar o quadro societário do Resort Tayayá. De modo que, em 2021, vende parte de sua participação ao fundo Arleen.



O fundo Arleen era controlado pela Reag, que participou dos repasses de imóveis de Vorcaro, bem como de outros esquemas de corrupção, inclusive atrelados ao PCC.



No mais, as investigações descobriram que Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro, que também foi preso, investiu R\$ 20 milhões no fundo Arleen, gerando ainda mais suspeitas.



No âmbito das relações pessoais do Ministro, verificou-se que ele viajou com avião que pertencia à empresa de Vorcaro e que foi a jogo de futebol com o advogado do banqueiro.



Por fim, em meio a todo esse barulho, Toffoli é nomeado, por sorteio, como relator do caso. Contudo, a pressão foi tamanha que, por motivos de foro íntimo, declarou-se suspeito, deixando a relatoria.

PONTOS-CHAVE

- o Ministro relator de um caso é aquele que dirige (conduz) o andamento do processo;
- um fundo de investimento, como o Arleen, é a aplicação coletiva em que investidores reúnem dinheiro para aplicação no mercado financeiro;
- Zettel é apontado pela Polícia Federal como o “Operador Financeiro” de Vorcaro.

EM RESUMO...

A investigação aponta para um possível conflito de interesses envolvendo o Ministro, empresas ligadas ao Banco Master e fundos de investimento, com movimentações financeiras milionárias e relações pessoais próximas..



FADI

FACULDADE
DE DIREITO
DE SOROCABA



JUIZ PODE SER EMPRESÁRIO?

ATENÇÃO!!

Um fato que, paralelamente aos desdobramentos do escândalo, entrou em pauta a partir das notícias sobre Dias Toffoli foi a permissão ou não da legislação brasileira para que magistrados empreendam. Muita desinformação foi espalhada, por isso, entendemos que é de extrema importância destacar o que realmente diz a lei sobre essa circunstância. A Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN) permite que magistrados atuem como investidores, ou seja, acionistas ou quotistas. Contudo, veda expressamente que os mesmos exerçam cargos de direção e administração. Dessa forma, a participação de Dias Toffoli estava respaldada pela previsão legal, uma vez que era tão somente um investidor, posto que, eram seu irmão e sobrinho que exerciam a administração.





VORCARO E O STF

Alexandre de Moraes e o escândalo do Banco Master



Ministro do STF desde 2017
Indicado pelo ex-presidente Michel Temer



TEMA CENTRAL

O contrato milionário firmado entre o Banco Master e o escritório de advocacia de sua esposa, Viviane Barci, bem como as trocas de mensagens, levantam suspeitas.

PRINCIPAIS RELAÇÕES



Alexandre de Moraes, desde as eleições de 2022, mas, também, por sua atuação no julgamento dos envolvidos no “8 de janeiro”, tornou-se uma das figuras brasileiras mais comentadas no país.



Todavia, isso se intensificou com a inserção de seu nome e de sua esposa nas investigações do Master, em razão de um contrato do escritório de sua esposa com o Master, no valor de R\$129 milhões.



Conforme o novo relator do caso, André Mendonça, permitiu maior acesso da Polícia Federal ao celular de Vercaro, foram encontradas mensagens trocadas entre Moraes e o banqueiro.



A mensagem que mais chama atenção é a de Vercaro, perguntando a Moraes, no dia de sua prisão, se teria “conseguido bloquear”, indicando suposta troca de favores.



Muitas das outras mensagens tratavam da venda do Master, todavia, o que mais deve chamar atenção do leitor, é o enfraquecimento do STF com o envolvimento de Moraes em um caso como esse.

PONTOS-CHAVE

- Já existiam muitos debates sobre a imparcialidade de Moraes, principalmente no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas agora o Ministro se encontra em situação ainda mais delicada.
- Moraes, hoje, é a principal figura do STF, seu envolvimento com o caso acarreta diretamente uma crise de legitimidade do Judiciário.

EM RESUMO...

A principal suspeita envolve o contrato de R\$129 milhões com o escritório da esposa do Ministro e as mensagens trocadas com o dono do Banco Master, levantando dúvidas sobre imparcialidade e possível troca de favores em decisões judiciais.

Dias Toffoli e Alexandre de Moraes

Atuação e Impactos Institucionais no Caso Banco Master

O DEBATE ACERCA DO LOBBY POLÍTICO, CONFLITO DE INTERESSE E A SUPOSTA INFLUÊNCIA DO PODER ECONÔMICO NO PODER JUDICIÁRIO, ENVOLVENDO PRINCIPALMENTE OS MINISTROS DO STF, COMO DIAS TOFFOLI E ALEXANDRE DE MORAES, É UM TEMA MUITO COMPLEXO E SENSÍVEL DA POLÍTICA BRASILEIRA RECENTE. OS MINISTROS DIAS TOFFOLI E ALEXANDRE DE MORAES OCUPAM POSIÇÕES ESSENCIAIS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO. COMO JÁ DITO, NOS ÚLTIMOS ANOS, MORAES PASSOU A FIGURAR O JULGAMENTO DE GRANDES CASOS, TORNANDO-SE A PRINCIPAL FIGURA DA LUTA DO STF CONTRA ABUSOS E GOLPES, ASSIM, DA DEFESA DA RIGIDEZ DO STF, MAS TAMBÉM DE DEBATES SOBRE O LIMITE DA ATUAÇÃO JUDICIAL, A INDEPENDÊNCIA DOS PODERES E A LEGITIMIDADE DA INSTITUIÇÕES

DIANTE DESTE CONTEXTO, ISSO DEMONSTRA QUE, O PODER JUDICIÁRIO QUE JÁ SE ENCONTRAVA ENFRAQUECIDO PERANTE O POVO, SEJA PELA ONDA DE DESINFORMAÇÃO QUE VEMOS ATUALMENTE, SEJA PELA POSTURA DE ALGUNS DOS MINISTROS DO STF, DENTRE OS 3 PODERES, É O QUE "SAI" DO CASO BANCO MASTER MAIS ENFRAQUECIDO. AGORA, TODOS OS HOLOFOTES ESTÃO VIRADOS PARA ELE, A SITUAÇÃO MERECE TODA A CAUTELA POSSÍVEL, A FIM DE PRESERVAR A LEGITIMIDADE DE UMA INSTITUIÇÃO TÃO IMPORTANTE PARA O BRASIL.



O FIM DE VORCARO E DO MASTER PRISÃO E LIQUIDAÇÃO



Em 18 de novembro de 2025, enquanto Vercaro se preparava para embarcar rumo a Dubai, no aeroporto de Guarulhos, foi preso pela primeira vez pelos crimes de Gestão Fraudulenta, Gestão Temerária, Organização Criminosa, Lavagem de Dinheiro e Ocultação de Patrimônio. Quase 01 semana depois, Vercaro deixou o presídio para cumprir medidas cautelares, mas, atualmente, encontra-se preso novamente por determinação do Ministro André Mendonça.



Por força da crise de liquidez rigorosamente explicada acima, também em 18 de novembro de 2025, o Banco Central, a principal autoridade monetária do Brasil, decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, que, em uma analogia, é a decretação de falência de um banco, de modo que, os bens dos controladores do Master, ou seja, Vercaro, restaram bloqueados, a fim de garantir o máximo possível de ressarcimento aos prejudicados por todo o esquema de fraude.

LEGITIMIDADE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

É certo que, por força da polarização, levada ao extremo pelas eleições presidenciais de 2022 e ainda mais pelos eventos ocorridos em 08 de janeiro de 2023, temos visto uma cada vez menor legitimidade de nossas instituições públicas, ou seja, a sua aceitação social apenas diminui e sua integridade é posta em xeque a todo momento.

Todavia, com a enxurrada informacional colocada nos veículos de comunicação acerca do Banco Master, em especial as notícias que envolvem as relações de Vorcaro com os Ministros do STF, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, atingimos o ápice do distanciamento entre a sociedade brasileira e nossas instituições públicas.

Como já mencionado, a história de nosso país é marcada pelos males do patrimonialismo, ou seja, em síntese, uma grande predominância na busca pelo interesse privado, em detrimento do interesse público.

LEGITIMIDADE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

A Prof^a Carolina Alves de Souza Lima, em seu texto intitulado “Cultura avessa à legalidade”, expõe argumentos que, levando em consideração nosso contexto histórico, nos ajudam a entender a relação atual entre sociedade e poder público.

A autora aponta a existência de uma apropriação do espaço público pelo poder privado, de modo que, a lógica de defesa dos interesses privados transpõe-se até mesmo à elaboração das leis. Vejamos que este argumento restou comprovado empiricamente no caso Banco Master, vez que se chegou perto de alterar a Constituição Federal para puro privilégio de Vorcaro.

Neste passo, essas relações de certos grupos da sociedade com o poder público desmantelam o ideal de bem comum que deveria basear nossa convivência. A corrupção reiterada, sendo esta “toda ação ou omissão contrárias ao bem comum e ao respeito à coisa pública”, é vista pela autora como aquilo que há de mais avesso à cidadania.

A partir de tudo isso, chegamos ao ponto que o Estado é visto como um inimigo, alguém que vai contra àqueles que deveria proteger, sendo cada vez maior a descrença em seu potencial de alcançar o bem comum, ou algo próximo disso.

DIREITO À INFORMAÇÃO

NORBERTO BOBBIO



Para compreendermos a importância desse acesso, é preciso recorrer ao pensamento de Norberto Bobbio. Em sua análise sobre os fundamentos democráticos, Bobbio define a democracia como o governo do poder público em público. Para o autor, a existência de um poder invisível (o criptogoverno ou as decisões tomadas em gabinetes fechados sob siglas técnicas) é a negação do ideal democrático. Quando o acesso a informações relevantes é dificultado por uma linguagem excessivamente técnica.



188 The Missing Chums
excitement. "You can hear the boat backing out."
More revolver shots—more shouts—the roar of the Sleuth's engine continued.

gray shore. They could see the breaking rollers, and the gray but there was no sign of motorboat or human being.
"We may as well stay right on the hillside behind the rocks," Chet suggested. "If we go roaming about the shore we're likely to run into Red and his gang."
"Perhaps they've taken their own boats and gone after the Hardy boys."
"They may be," But we can't take a chance growing around it.
"If we could be..."



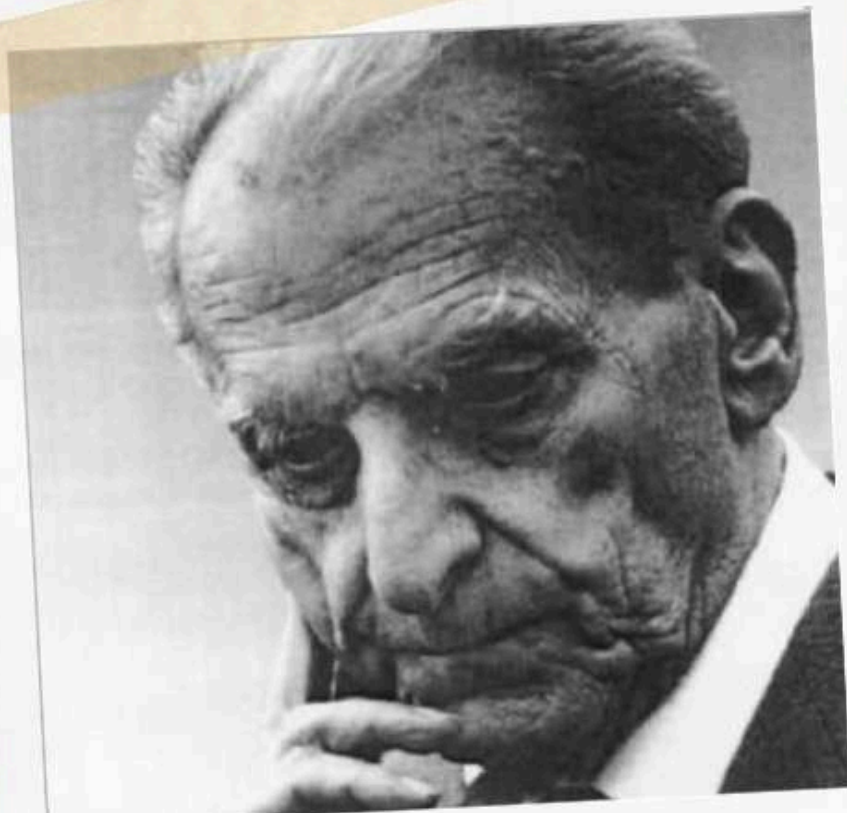
FADI

FACULDADE
DE DIREITO
DE SOROCABA

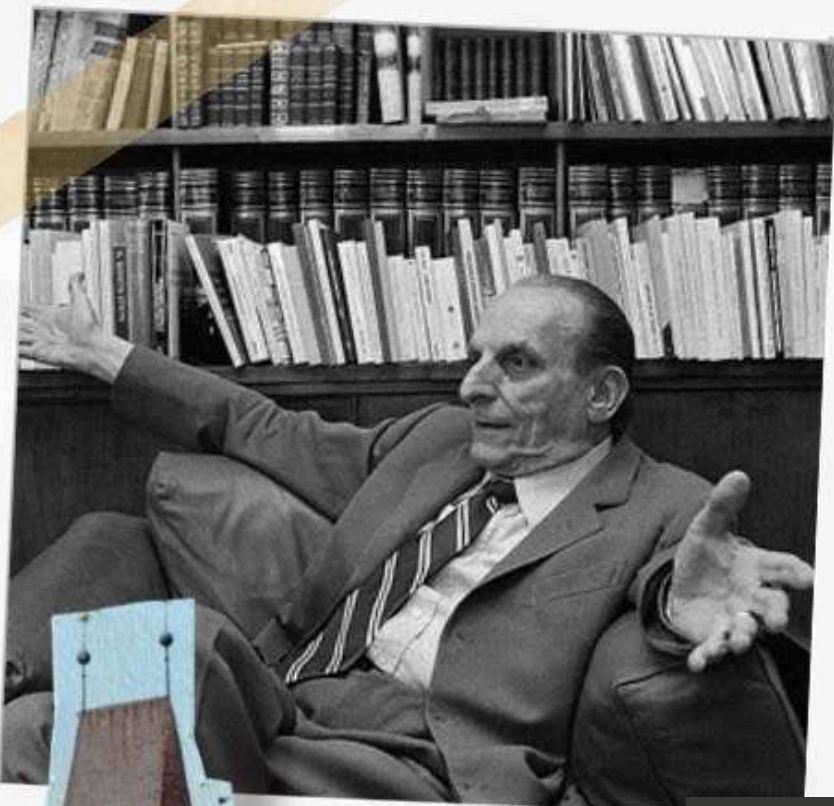
30

DIREITO À INFORMAÇÃO

NORBERTO BOBBIO



A chamada tecnocracia cria uma barreira de exclusão. Bobbio nos alerta que o tecnocrata e o político que se escondem atrás do segredo ferem a “regra do jogo” democrático. Portanto, tornar um trabalho jurídico “fácil de entender” não é apenas uma escolha estética de redação, mas um dever ético de transparência. Traduzir a complexidade para a cidadania e devolver ao povo o direito de julgar o que é feito com o que é público.





Direito a ter direitos

reflexões sobre cidadania

O artigo “A cidadania e o direito a ter direitos no pensamento de Hannah Arendt”, de Márcio Bonini Notari, aborda a forma como Hanna Arendt entende a cidadania e os direitos humanos.

O autor mostra como o totalitarismo destrói a personalidade jurídica do indivíduo, fazendo com que as pessoas se considerem seres descartáveis. A obra foca na questão de “direito a ter direitos” que argumenta que a dignidade humana é dependente da participação ativa dos indivíduos, e para sustentar esse argumento, o autor usa o pensamento arendtiano, enfatizando a necessidade de um acolhimento universal.

Direito a ter direitos, na perspectiva da Hannah Arendt, diz que a cidadania não é apenas um status jurídico, mas que é uma condição para o reconhecimento do ser humano como sujeito de direitos, logo para um indivíduo ter direitos, ele precisa pertencer a uma sociedade ativa politicamente, na qual sua opinião tenha peso e relevância.

Portanto, conclui-se que os direitos humanos só se tornam efetivos quando deixam de ser abstratos e passam a ser garantidos através da participação ativa na política.



FADI

FACULDADE
DE DIREITO
DE SOROCABA

32



Direito a ter direitos

reflexões sobre cidadania

E como o conceito de direito a ter direitos pode se relacionar com o caso do Banco Master?

Podemos começar refletindo sobre a maneira como existia a confiança nas instituições e a proteção social, também refletir sobre as discussões feitas sobre as denúncias, investigações e questionamentos sobre as práticas financeiras e como uma instituição pode impactar a segurança e o direitos das pessoas.

Em situações como a do Banco Master, com instabilidade e suspeita de irregularidades, os mais afetados costumam ser os clientes, investidores e trabalhadores, que passam a enfrentar incertezas em relação ao seu patrimônio, ao crédito e a própria estabilidade econômica.

E podemos aproximar o tema com o conceito de direito a ter direitos porque, quando um sistema financeiro perde credibilidade, cria-se um cenário de insegurança que pode afetar a confiança da população nas instituições, que acaba refletindo na cidadania e na dignidade dos indivíduos, tornando mais difícil a concretização dos direitos na prática, o que seria um requisito para se ter cidadania segundo ideia arendtiana. Para reafirmar, nessa ideia só se tem direitos humanos e só se tornam efetivos quando deixam de ser abstratos e passam a ser garantidos através da participação ativa na política.



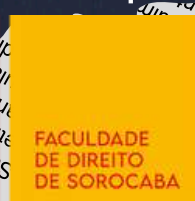


Judiciário forte como sinônimo de cidadania

Para abordar sobre o Poder Judiciário e se o mesmo é enfraquecido ou fortalecido pela cidadania, utilizamos um artigo que explora toda a influência do Poder Judiciário no meio de comunicação e como essa interação pode afetar a cidadania no Brasil, isso tudo com base em Pierre Bourdieu.

No capítulo quatro do artigo, o autor faz um paradoxo da informação em relação à participação política dos cidadãos, de modo que, mesmo com o aumento do volume de informações circulando no país, o nível de desinformação política não muda.

Trata-se também dos riscos que a falta de informação traz para a cidadania, mostrando que o poder acaba concentrado em poucos "especialistas" quando o povo está desinformado. A mídia reforça isso ao focar em escândalos, o que nos faz pensar de forma rasa e cria um "senso comum" difícil de romper. Esse padrão impõe preconceitos que confundem até os mais instruídos, fazendo com que ideias prontas pareçam ser a única verdade possível.



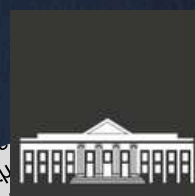


Judiciário forte como sinônimo de cidadania

O capítulo cinco foca na divergência entre o judiciário e a mídia. O autor então usa como exemplo a transformação de julgamentos e CPIs em “espetáculos” que se assemelham a novelas, assim roubando o papel constitucional do judiciário e prejudicando o direito.

Outra pauta do autor são as barreiras que fazem ter essa divergência entre o judiciário e a mídia, uma é o tempo, já que o tempo judicial exige maturidade e igualdade, e a mídia é imediata e comercial. A linguagem também é uma barreira, porque a do judiciário é impossibilitada de ser simplificada demais para a televisão, resultando no desconhecimento por parte do público, por ser técnica demais.

E como isso pode se relacionar com o trabalho e o tema do escândalo do Banco Master? Pode se entender que mesmo com a exposição abundante na mídia quando o banco master foi exposto. No artigo vemos como casos tratados judicialmente são processados pela mídia e compreendidos pela sociedade brasileira, e o escândalo do Banco Master não foi diferente, a desinformação, apesar do volume de exposição midiática continuou, o tratamento como se fosse um espetáculo, e a linguagem incompatível mostram que, a abordagem do caso, por possuir uma linguagem muito técnica e pelas técnicas comerciais, reduz a participação ativa dos cidadãos, assim limitando o direito a cidadania.

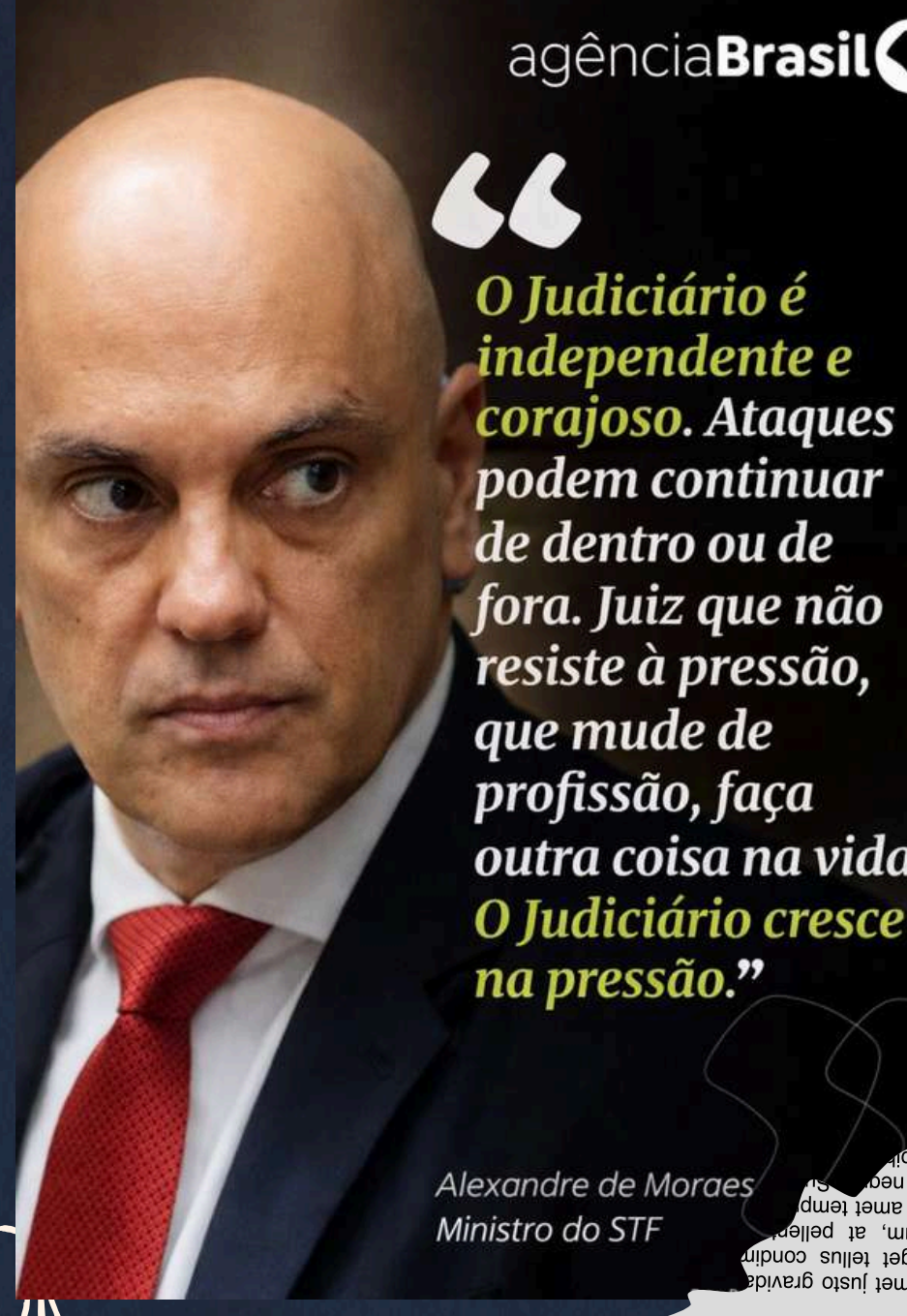
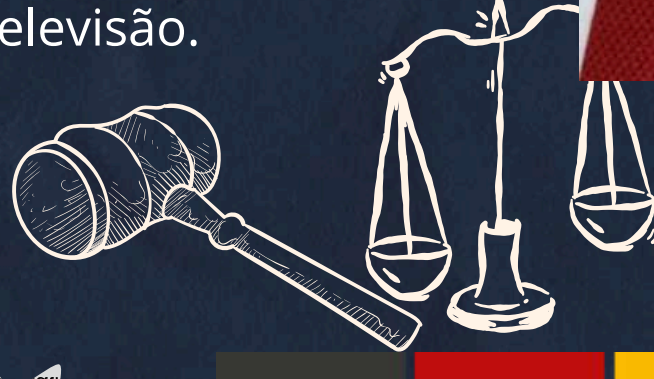




Judiciário forte como sinônimo de cidadania

O autor demonstra também a ambivalência da atuação da mídia em meio à atuação do Judiciário, visto que, é benéfica na medida em que força a entrada de certos direitos na pauta de discussão, mas é maléfica ante o seu caráter comercial, que culmina no esquecimento outros direitos igualmente importantes que não possuem apelo mediático.

Conclui-se, portanto, que as tentativas de usar a mídia para obter participação popular raramente alcançam o efeito esperado. Isso ocorre porque as linguagens e tempos jurídicos e jornalísticos são logicamente incompatíveis, impedindo que a complexidade das instituições seja compreendida por meio da lógica simplificadora da televisão.



agênciaBrasil



O Judiciário é independente e corajoso. Ataques podem continuar de dentro ou de fora. Juiz que não resiste à pressão, que mude de profissão, faça outra coisa na vida
O Judiciário cresce na pressão."

Alexandre de Moraes
Ministro do STF



O Que o Dinheiro Não Compra

1-) QUEM É MICHAEL J. SANDEL?

Nasceu em Minneapolis em 1953 e é um dos filósofos mais importantes de sua geração, criador do curso "Justiça: o que é fazer a coisa certa", lecionado para mais de 15 mil alunos em Harvard.

2-) A OBRA "O QUE O DINHEIRO NÃO COMPRA"

No decorrer de toda obra o autor busca explicar como a "lógica do mercado" permeia as esferas de nossa vida, mas mais importante, como ela esvazia algumas de nossas relações, o que nos ajudar a entender o caso Master.

3-) A "LÓGICA DO MERCADO"

Trata-se de uma lógica aplicada à realidade que culmina na possibilidade de quase tudo, senão tudo, poder ser comprado e vendido.

A sociedade é reorientada com base nos valores do mercado, ou seja, eficiência e maiores benefícios com menores custos.



O Que o Dinheiro Não Compra

4-) QUAIS OS EFEITOS DESSE FENÔMENO?

Primeiramente, a moralidade deixa de ser uma prioridade. O autor ensina que certos bens possuem um valor superior àquele que lhe é posto pelos compradores e vendedores.

Além disso, assevera que aplicar a lógica mercantil em esferas nas quais ela não existia, pode alterar a essência delas.



5-) SANDEL E O LOBBY POLÍTICO.

Sandel enfatiza em sua obra o exemplo de lobistas que pagam pessoas para ocuparem filas para audiências públicas do Legislativo Americano.

O autor argumenta que essa atitude desvaloriza e degrada o Congresso, pois o acesso a ele é transformado em produto.

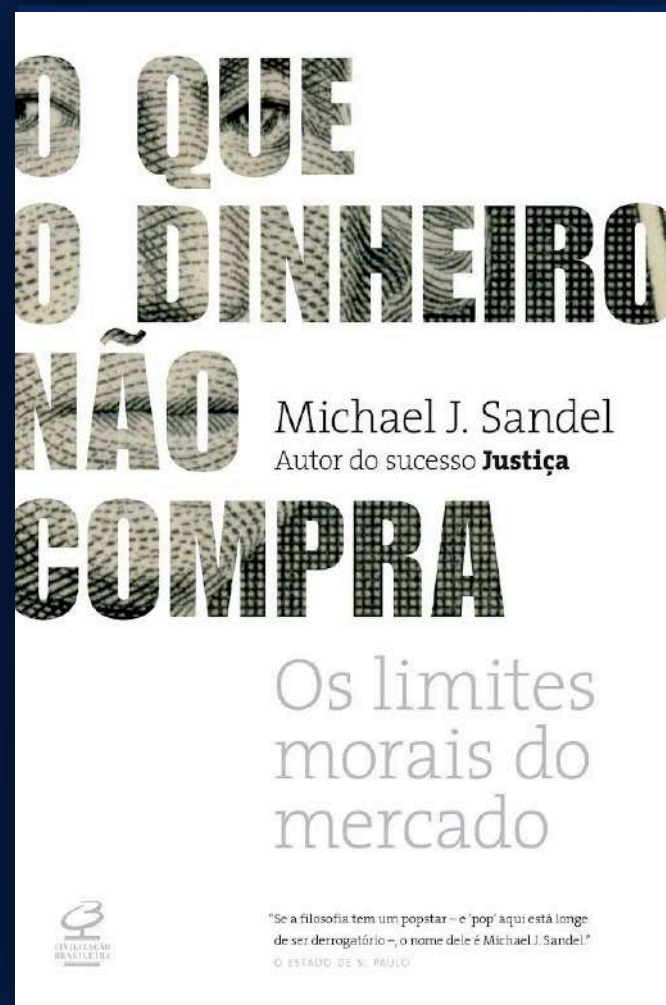
6-) COMO TUDO ISSO GERA DESIGUALDADE?

Além do que já abordamos, o autor aponta que conforme o dinheiro compra influência política e tudo o que "há de bom", gera-se desigualdade, o dinheiro ganha cada vez mais importância e a situação dos pobres e classe média se torna cada vez mais difícil.



O QUE O DINHEIRO NÃO COMPRA

MICHAEL J. SANDEL



● ● ● CONEXÃO SANDEL - VORCARO:

As lições ensinadas por Sandel na obra apresentada acima nos mostram que, para além de toda carga histórica que formou nosso país, envolvido pelos males do patrimonialismo e clientelismo, o princípio de toda a corrupção do caso Banco Master é a expansão da lógica de mercado para áreas que ela não deve ocupar

Vorcaro mercantilizou, logo, transformou em produto, a jurisdição estatal, o Congresso, o Poder Executivo, fazendo que todos estes perdessem sua essência, levando ao descumprimento de princípios que deveriam ter sido rigorosamente observados. O caso por nós apresentado é, sem dúvidas, o exemplo mais evidente de degradação e desmoralização do poder do Estado e suas instituições, de modo que, ao invés de buscarem o bem-estar comum de toda população, movimentaram-se para alcançar interesses puramente privados.

A visão de Sandel da desigualdade gerada pela cada vez maior importância do dinheiro, principalmente quando colocada lado a lado com o escândalo do Banco Master, encaixa-se perfeitamente ao conceito de “cidadania mutilada” de Milton Santos, posto que, com dinheiro, uns se tornam mais cidadãos do que os outros, tendo acesso à cadeiras do Congresso, influência sobre decisões da corte superior, relacionamento direto com as maiores autoridades do país; coisas que um cidadão que não conta com bilhões à sua disposição, sequer cogita.

Inobstante, aliado a tudo isso, vemos como nosso país, movido pelos princípios do mercado, transformou o acesso às instituições públicas, ou seja, a própria cidadania, em um “bem compressível”, ou seja, que pode ser negado a alguns e concedido a outros; deixando de ser um direito de todos.



O LOBO DE WALL STREET

Resenha do filme e paralelo com o banco master



O que é uma resenha crítica:

Uma resenha crítica é um texto que apresenta as principais ideias de uma obra, juntamente com uma análise e avaliação de seu conteúdo. Seu objetivo é informar o leitor sobre o tema tratado e, ao mesmo tempo, estimular uma reflexão crítica sobre os argumentos, mensagens e impactos da obra.

Importância da resenha no trabalho:

Escrever a resenha é essencial para promover uma compreensão mais profunda da obra analisada. Isso permite identificar seus principais temas, argumentos e mensagens. Além disso, essa atividade facilitará o desenvolvimento de uma análise crítica, conectando os eventos apresentados com situações do mundo real e com o caso do banco master que estamos trabalhando. Assim, a resenha não se restringe a resumir o conteúdo; ela ajuda a ampliar a reflexão e o debate sobre questões econômicas, éticas e sociais discutidas ao longo do trabalho.



O LOBO DE WALL STREET

Resenha do filme e paralelo com o banco master



O filme O Lobo de Wall Street, de Martin Scorsese, é uma obra baseada na vida de Jordan Belfort durante o final dos anos 80 e o começo dos anos 90, contando como esse jovem ambicioso e com muitos sonhos cresceu na vida utilizando-se da corretagem e da famosa Wall Street, não se importando com os meios para alcançar seus resultados.

Podemos ver que, no começo do filme, Jordan era um homem que ainda não tinha mudado. Ele era contra muitas práticas que posteriormente começou a fazer. Ele ainda era jovem e desconhecia muito sobre a famosa Wall Street. Porém, com o passar do tempo, fica nítido o quanto o ambiente o mudou, fazendo-o usar drogas e manipular as pessoas para benefício próprio, atraindo clientes por meio de falsas promessas de alto retorno financeiro e baixos riscos.



O LOBO DE WALL STREET

Resenha do filme e paralelo com o banco master



Após enganar e prejudicar tantas pessoas, ele começa a ser observado pelo FBI. Com isso, ele comete seu maior erro: tentar subornar um agente do FBI. Isso acaba prejudicando-o ainda mais. Podemos ver quão ruim ele vai ficando após perder tudo o que tinha conquistado, chegando até a delatar seus próprios amigos para diminuir sua pena, comprovando a frase muito falada no filme: “Em Wall Street não se tem amigos”. Além disso, é importante comentar sobre como o filme trabalha bem ao mostrar a vida de luxo de Jordan e seus amigos, com muitas casas, carros e drogas, retratando, assim, como é a vida da maior parte dessas pessoas.

Portanto, podemos perceber a importância da ética no trabalho e na vida pessoal. O filme retrata muito bem o que a ganância por mais dinheiro e luxo pode fazer com uma pessoa, mostrando seu pior lado. Jordan, ao longo do filme, teve muitas chances de parar e escolher outro caminho, porém, por orgulho e por pensar que seu dinheiro resolveria tudo, não o fez, ficando óbvia a importância de um poder público não corrupto.



O LOBO DE WALL STREET

Resenha do filme e paralelo com o banco master



A relação do filme com o Banco Master

A promessa de lucros exorbitantes (o ponto crucial)

No filme, Jordan Belfort seduzia as pessoas com a ideia de enriquecimento rápido, prometendo ganhos inacreditáveis em um curto período. No caso envolvendo Daniel Vercaro, o apelo também reside em retornos financeiros que superam os padrões do mercado, o que atrai muitos investidores (CDB a 140%, por exemplo).

A similaridade dos casos é evidente: quanto mais elevado e "fácil" aparenta ser o lucro, mais isso se torna uma ferramenta para atrair indivíduos, caracterizando-se como uma estratégia de captação de clientes. Portanto, ambos atraíam investidores por meio da perspectiva de ganhos acima do comum, ainda que utilizando mecanismos distintos. Enquanto Jordan Belfort vendia seus produtos por meio da persuasão direta e da pressão sobre os clientes, o Banco Master atrai investidores principalmente pela estrutura de seus produtos financeiros e pela promessa de alto rendimento.



O LOBO DE WALL STREET

Resenha do filme e paralelo com o banco master

Podemos utilizar a noção de Zygmunt Bauman que fala sobre vivermos em uma sociedade líquida, onde tudo é rápido, instável, imediato e baseado em satisfação no curto prazo. Todo mundo quer retorno rápido e imediato, não aguardar anos e investir seguro, sendo um reflexo da mentalidade atual; nesse contexto, embora os mecanismos possam ser diferentes, o objetivo percebido é semelhante: crescer rapidamente atraindo muitos investimentos, trazendo uma sensação de oportunidade única e a necessidade de aproveitá-la.

Tendo em vista que estamos relacionando esse caso, para fazer uma análise profunda, é necessário também diferenciar os acontecimentos deles, por mais que sejam muito parecidos, estão longe de seres iguais, o principal diferencial desse caso é o âmbito público, no caso do Banco Master percebemos o quesito jurídico/público existe explicitamente corrupções como o ex presidente do BRB (Banco de Brasília) Paulo Henrique Costa e no caso do belford percebemos o quão importante e impactante é um poder judiciário não corrupto, porque graças ao agente do FBI não ter aceitado o suborno, que foi possível a prisão do belford e acabando assim com todos os membros de sua “gangue”.

insuficiência da reforma do judiciário

O caso do Banco Master pode ser analisado como um exemplo didático para compreender as rachaduras existentes nas instituições brasileiras, não apenas nas de caráter privado e financeiro, mas também as de natureza pública, além das crises de legitimidade e ética dessas instituições públicas.

Como evidência dessa afirmação, já anteriormente citada, temos a liquidação extrajudicial do conglomerado Master, que decorreu de uma grave crise de liquidez e de violações de normas, em novembro de 2025, e revelou de maneira escandalosa um esquema que envolveu cerca de R\$2 bilhões em recursos previdenciários de estados e municípios de todo o Brasil.

Essa conjuntura não tratou apenas de um tumulto financeiro, mas de uma submissão do Banco Central, instituição pública, às pressões políticas e à influência de setores privilegiados do sistema financeiro, configurando a quebra do decoro de uma entidade que, em essência, deveria atuar de forma isonômica.

Para além desse problema, a situação evidenciou também

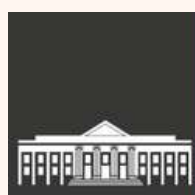


PROBLEMAS EVIDENCIADOS

- Fragilidade dos mecanismos de fiscalização
- Influência do poder econômico sobre instituições públicas.



autoridades monetárias se mostraram condescendentes ao ignorar sinais de alerta sobre a gestão dos recursos previdenciários.



insuficiência da reforma do judiciário

Precariedade das
instâncias do
Judiciário

- prolixidade
- morosidade
processual
- Excesso de
formalismo



*permite que grandes
conglomerados utilizem de
recursos protelatórios e
complexidade processual para
adiar punições*



RESULTADO

O quadro revela que, por se tratar de uma situação complexa e que envolve múltiplas esferas e instituições, a atuação exclusiva do Judiciário torna-se insuficiente para enfrentar crises dessa magnitude

O jurista José Renato Nalini observa que conjunturas como a retratada não exigem apenas uma reforma legislativa e estrutural, mas uma mudança de comportamento baseada na ética. Como o autor pontua :

“o direito desprovido de ética é uma solução
ilusória para as questões humanas”

– Juiz José Renato Nalini



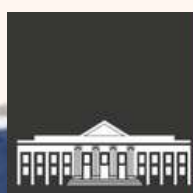
insuficiência da reforma do judiciário

Nesse sentido, o excesso do denominado “juridiquismo” – que se trata da exaltação da forma, da norma e da técnica – faz com que as instituições sofram, pois se perdem em sua própria retórica vazia e prolixa, distanciando da realidade, atrasando os processos e excluindo o direito do exercício da cidadania. Isso tendo em vista que, ao utilizar de linguagem robusta e hermética impede a compreensão total da sociedade, principalmente dos grupos mais marginalizados.

Um exemplo prático dessa desconexão, entre a forma técnica e a realidade social, ocorreu no momento em que o conglomerado utilizou recursos processuais e influência política para enfraquecer a fiscalização. O “dilema” envolveu figuras da cúpula do Judiciário em conflitos de interesse, por meio de contatos diretos do banqueiro Daniel Vorcaro com ministros do STF e contratos milionários com familiares de magistrados. Paralelamente, o banco apresentava relatórios com rendimentos de CBDS altíssimos, mantendo uma aparência de conformidade técnica atraindo grandes corretoras, mas que mascarava a grave crise de liquidez e violação do sistema de normas brasileiro, culminando na liquidação extrajudicial do banco e revelando como esse excesso de formalismo pode ocultar falhas morais



**A queda do Banco Master expôs a insuficiência do
Judiciário frente a desafios que ultrapassam sua
esfera.**



Fomento de uma sociedade democrática em
tempos de pós-verdade

FRAGILIZAÇÃO DA VERDADE

Na sociedade moderna, num período de pós verdade, onde todos estão sendo bombardeados com informações o tempo todo, observamos o quão isso se conecta com o caso que está sendo estudado



De acordo com autor Cristian Dunker, no seu ensaio "Subjetividade em tempos de Pós-Verdade", pertencente ao livro Ética e Pós-Verdade, fatos deixam de ter autoridade superior.

"Chegar ao Estado presente no qual a verdade é apenas mais uma participante do jogo, sem privilégios ou prerrogativas"
(DUNKER P. 17, 2017)

Quando diversas versões circulam na internet, com narrativas diferentes que competem entre si, o público escolhe em qual vai se apoiar, baseando-se na sua idealização do certo e no que acredita, orientando-se pelos seus afetos e sentimentos.

Num caso tão extenso quanto o Banco Master, é fácil observar as diversas versões que a mídia traz, tanto em notícias quanto em redes sociais.



Esse avanço de notícias e o envolvimento das imprensas e redes sociais, onde há sempre uma dúvida onde no que deve acreditar ou não, contando também com o avanço da Fake News no mundo, a insegurança nas autoridades se mostra presente envolvendo toda a situação.

"A pós verdade inaugura uma reflexão prática e política sobre o que devemos entender por verdade e sobre a autoridade que lhe é suposta"

Pg 14- 2017



FRAGILIZAÇÃO DA VERDADE

parte 2;

"A verdade se torna
inerte e
neutra...meramente
formal"
Pg 15- 2017



O envolvimento do judiciário (STF) com Vercaro, principalmente com o Ministro Alexandre de Moraes e seu contrato milionário do banco com o escritório de sua esposa, aumenta ainda mais uma crise de autoridade e segurança já trazidas da mídia.

O judiciário é quem transforma a norma em algo concreto, é o órgão de direto acesso do povo. Sendo assim, o enfraquecimento das instituições traz a insegurança do povo de recorrer a ele, e consequentemente a fragilização da democracia no Brasil, onde a cidadania é "direito a ter direitos"



Foi o que eu
disse

Como a verdade perde força pratica, mesmo que de fato seja existente, não gera mudança dentro da sociedade, mesmo com as informações disponíveis. O impacto principal do assunto vem da narrativa, como está sendo falado, as "vítimas" e os "vilões" da história, os fatos expostos não tem a importância devida.



Ainda neste ponto de vista, Eli Pariser descreve que a internet mostra conteúdos personalizados, filtrando o que você vê com base no seu comportamento, fazendo com que os indivíduos fiquem numa bolha, onde aparentemente todos pensam igual, e a visão do mundo fica contorcida.



Dentro do universo informacional, a disseminação de notícias e assuntos está em uma proporção inevitável. Dunker argumenta que, na pós-verdade, a verdade perde sua autoridade social

Então a mídia entra nessa discussão porque ela está na construção de narrativas que estão presentes na sociedade. Os fatos passam a competir com emoções, crenças, identidades e interesses.



Prisão de Daniel Vorcaro: 18/11/2025

Foco na prisão
do Vorcaro

BRASIL

PF prende Daniel Vorcaro, dono do Banco Master

Segundo investigadores, banqueiro foi preso em Guarulhos, de onde pretendia decolar para uma viagem internacional rumo a Abu Dhabi na noite de segunda

Por Robson Bonin | SEGUIR | 18 nov 2025, 07h39 | Atualizado em 18 nov 2025, 09h27 | veja

Liquidação do banco

Operação que mirou Banco Master envolve fraude de R\$ 12 bi, diz chefe da PF

Polícia Federal apreendeu carros de luxo, obras de arte e R\$ 1,6 milhão em dinheiro; operação prendeu o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master e o sócio Augusto Lima

Foco na fraude
do Banco

Foco nos bens
envolvidos

PF apreende mais de R\$ 230 milhões em bens de suspeitos de fraudes no Banco Master

Presidente da instituição, Daniel Vorcaro, foi preso na terça (18); operação Compliance Zero investiga emissão de títulos de crédito falsos

Nesse contexto, diversos veículos podem apresentar o mesmo fato sobre diferentes enfoque e com o crescimento das redes sociais esse fenômeno se intensifica pois cada indivíduo passa a receber e compartilhar informações de acordo com as suas preferências.



Mãos atadas?

como romper grilhões

Afinal de contas , podemos resolver esses problemas? Por que ficamos presos a dilemas estruturais como esse? existe uma forma de romper com esses ciclos?

A dificuldade de transformar o Brasil reside no que o sociólogo Raymundo Faoro chama de DNA do patrimonialismo brasileiro e a persistência do estamento burocrático. Para o autor, essa estrutura tradicional de poder brasileira permite que “os donos do poder” exerçam controle sobre a sociedade através da sua influência, criando um cenário no qual, o Direito como um todo, tem enorme dificuldade de romper.

Sob essa ótica, tanto o sistema financeiro quanto na sociedade em geral, funcionam em uma espécie de “coronelismo”. Nele, certas elites econômicas parecem imunes às sanções e tutelas das normas, enquanto os cidadãos comuns enfrentam todas as sanções das normas estatais.

A manutenção dessas estruturas permite que haja uma exploração sistemática em diversas esferas do país, como em sistemas financeiros, sem que haja sanção social ou jurídica imediata. O resultado dessa, é a discrepância entre a realidade e a legalidade, onde o patrimonialismo e a influência dos “donos do poder” condicionam as relações de poder e impedem o pleno exercício de cidadania por toda a sociedade



Mãos atadas?

como romper grilhões

Para “romper com esses grilhões” precisamos fazer o que Nalini chama de “reabilitação da ética”, que pode ser efetivada quando a sociedade civil retoma o seu protagonismo exigindo transparência e responsabilidade na ação do Estado e das Instituições Financeiras, por exemplo.

Além disso, é necessário que haja uma reeducação não apenas técnica para permitir que os grupos mais marginalizados tenham acesso ao conhecimento, bem como aos seus direitos e deveres, mas também uma revisão ética que permita que a sociedade compreenda a importância da integridade pública e da rejeição a normalização da corrupção institucional.

Pois embora as estruturas patrimonialistas e as estruturas de informação sejam fortes para manter os privilégios dos “donos de poder” a atenuar a participação social, a cidadania é uma força transformadora capaz de desmascarar o juridiquismo e firmar novos caminhos de justiça real e participação ativa da comunidade na vida social, econômica e política



Primeiramente, vemos como o caso do Banco Master, apesar de não parecer a primeira vista, impacta o exercício da cidadania de todos nós, deslegitimando nossas instituições, criando mais polarizações e criando insegurança em nosso sistema financeiro.

Aliando a explicação do caso ao exposto conceito de patrimonialismo, percebemos que apesar das estratégias inovadoras, o caso reflete uma prática presente desde a formação da sociedade brasileira.

conclusão do tema

Uma vez que “cidadania se aprende” esperamos que a difusão das informações contidas nesse trabalho gere igualdade e debates democráticos, revertendo o efeito perverso da mercantilização da política e da segregação informacional promovida em nossa sociedade

Além da superação da segregação informacional, concluímos como é importante estar atento neste período de “Pós-Verdade”, prendendo-nos aos fatos e não a opiniões de bolha, pois, assim, podemos promover cada vez menos “barulho” e mais debates de qualidade e respeito.

Por fim e, talvez, mais importante, vemos como apesar do desapontamento com a postura de ministros e parlamentares, não podemos abandonar nossas instituições e “jogá-las” aos lobos, pois, a existência e bom funcionamento delas, garante a todos os brasileiros o exercício da cidadania.

ENCERRAMENTO



• Alunos

Emanuel Zimmermann Gegunes

Frederico Unterkircher de Moraes

Gabrielle da Silva Campos

Guilherme Yabiku Soto

Lívia da Cruz Abdala

Manuela de Alencar Arrais Almeida

Maria Eduarda Pedroza Martins

Murilo Alves dos Santos

**Link para acesso das referências
bibliográficas**

[https://docs.google.com/document/
d/12N3cad8_PYclkTa7wLFsLxWNuX
9HWkB7KGR3OjqrIAw/edit?tab=t.0](https://docs.google.com/document/d/12N3cad8_PYclkTa7wLFsLxWNuX9HWkB7KGR3OjqrIAw/edit?tab=t.0)



FADI

FACULDADE
DE DIREITO
DE SOROCABA